

# Fundação de deputada ganhou US\$ 133 mil

MARCELO DE MORAES

BRASÍLIA — A deputada Raquel Cândido (PTB-RO) conseguiu em 1992 receber verbas no valor de aproximadamente US\$ 133 mil a título de subvenção social. Os recursos foram repassados pelo Ministério do Bem-Estar Social para a Fundação Eva Cândido — nome da mãe da Raquel — que funciona na residência da deputada.

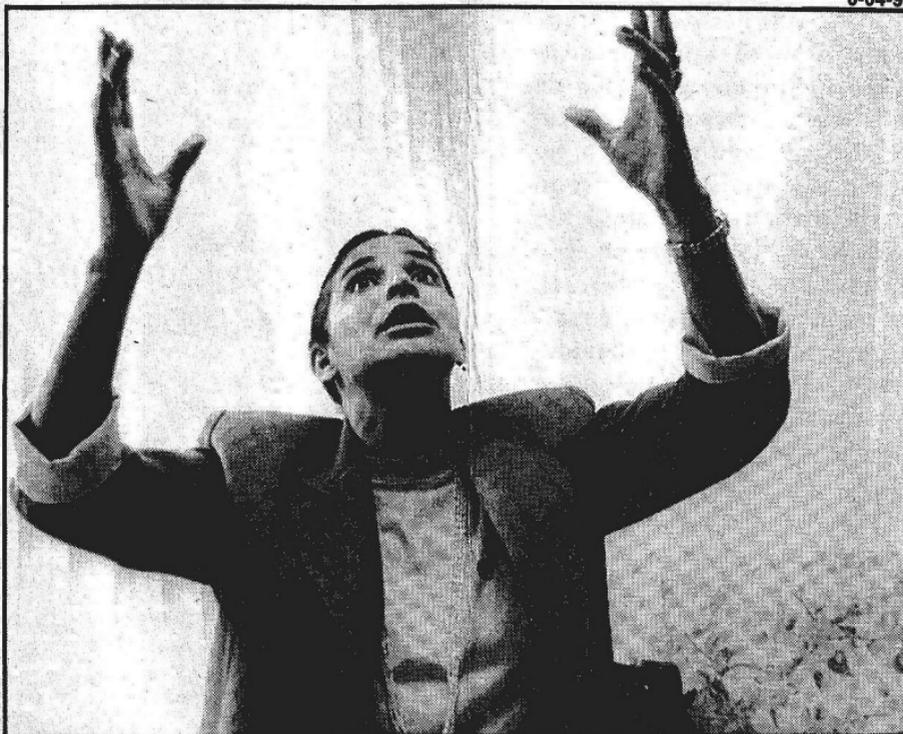


Os deputados José Fortunati (PT-RS) e Paulo Bernardo (PT-PR) identificaram o repasse dessas verbas e acham bastante irregular que a fundação presidida pela deputada tenha conseguido receber tantos recursos. Os dois querem saber como essas verbas foram aplicadas e

suspeitam que o dinheiro tenha sido usado em proveito próprio. No ano passado, foram liberados para a fundação Cr\$ 350 mil (divididos em duas subvenções de Cr\$ 150 mil e Cr\$ 200 mil), em valores de 1992, que, convertidos, somam aproximadamente US\$ 133 mil.

A Fundação Eva Cândido conseguiu também em julho de 1993, através do Funcab, uma entidade de combate ao tráfico de drogas, mais CR\$ 4,95 milhões para a produção de um videoclipe para a campanha contra drogas, que não chegou a ser feito.

A CPI do Orçamento está investigando o repasse das verbas para a Fundação, que oficialmente funciona no endereço e tem o mesmo telefone da parlamentar. O caso de Raquel Cândido é semelhante ao do deputado Pedro Irujo (PMDB-BA), que teria recebido recursos oficiais para sua própria fundação.



Raquel Cândido: moradia e fundação de cunho social no mesmo endereço

## Diap denuncia campanhas milionárias

BRASÍLIA — O Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) denunciou ontem que nove dos parlamentares envolvidos no escândalo do Orçamento gastaram cerca de US\$ 1 milhão (CR\$ 175 milhões) cada um na campanha eleitoral de 1990. São eles os deputados José Geraldo (PMDB-MG), Ricardo Fiúza (PFL-PE), José Carlos Vasconcellos (PRN-PE), Sérgio Guerra (PSB-PE), Fábio Ruhnheitti (PTB-RJ), Saldanha Derzi (PRN-MS), hoje senador, Flávio Derzi (PP-MS), Ezio Ferreira (PFL-AM) e Pedro Irujo (PMDB-BA).

O Diap divulgou também as notas dadas aos deputados por sua atuação durante a Constituinte em relação aos interesses

dos trabalhadores. Saldanha Derzi, Paes Landim (PFL-PI) e José Geraldo (PMDB-MG) receberam nota zero na época, porque negaram qualquer apoio aos pleitos do movimento sindical. O ex-ministro da Ação Social e relator da Comissão Mista de Orçamento em 1991, deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), e o deputado Ezio Ferreira (PFL-AM) ficaram com 0,25 por tentar “diminuir a influência da esquerda na votação dos direitos sociais e da ordem econômica”.

Outro levantamento do Diap antecipa as posições dos parlamentares na revisão da Constituição. Fiúza, por exemplo, é favorável à progressividade dos impostos e a regionalização do salário-mínimo.

6-04-92